em pauta

Serviço social e as lutas negras brasileiras

Social Work and Black Brazilian Struggles

Dayana Christina Ramos de Souza Juliano*

ARTIGO
https:/doi.org/10.12957/rep.2023.78944

RESUMO

Este trabalho aborda as formas de resistências, lutas, organizações e ações políticas dos movimentos sociais negros e negras no enfrentamento ao racismo estrutural, destacando a urgência da convocação antirracista para o Serviço social brasileiro na atual conjuntura de execução da necropolítica no contexto neoliberal, sabendo-se que o Estado é mecanismo ativo na propagação de violações de direitos e violência colonial moderna cunhada nas opressões do racismo, sexismo e de classe.

Palavras-Chave: Relações sociorraciais; Resistência negra e Serviço social.

ABSTRACT

This paper aims to highlight forms of resistance, struggles, organizations, and political actions of black social movements in the face of structural racism. It points to the urgency of anti-racist calls for Brazilian social work in the current conjuncture of execution of necropolitics in the neoliberal context, knowing that the state is an active mechanism in the propagation of violations of rights and modern colonial violence coined in the oppressions of racism, sexism, and class.

Keywords: socio-racial relations; black resistance; social work.

*Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: dayana.seso@gmail.com.

COMO CITAR: JULIANO, D. C.R. S. Serviço social e as lutas negras brasileiras. *Em Pauta:* teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp. 89-99, set./dez. 2023. Disponível em: https:/doi.org/10.12957/rep.2023.78944

Recebido em 20 de junho de 2020.

Aprovado para publicação em 11 de outubro de 2022.

Introdução

A reflexão produzida aqui é parte da dissertação de mestrado realizada no âmbito de um programa de pós-graduação em serviço social. O referido trabalho foi desenvolvido a partir de três fontes de experiências que, de forma mútua, permitem a relação contínua entre reflexão e ação; estamos nos referindo aos âmbitos de atuação acadêmica, profissional e ativista.

Temos a inclinação e disposição de conferir a esta produção a ferramenta epistemológica e metodológica denominada por Concei-

© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

ção Evaristo (2007) como escrevivência. Postulando conceituações de forma contracolonial, pretendemos desenvolver aqui uma problematização que aponte as relações de poder sociais, raciais, políticas, éticas, civis e estéticas violentamente instituídas no Brasil, articulando as questões étnico-raciais que demarcam as condições sociais da população negra e o Serviço Social.

As elaborações apresentadas foram e são estabelecidas como partes de um processo contínuo e dialético de cunhos ativista e profissional, associado ao interesse sobre o serviço social e as relações étnico-raciais no Brasil, e atravessado pela motivação derivada da formação política forjada no seio dos movimentos e ativismos sociais de mulheres negras.

É desse entrelaçar de experiências que surgem e se intensificam as inquietações que culminam na produção do conteúdo que aqui apresentamos. Também é imprescindível sinalizar que não temos a pretensão de esgotar as possibilidades dos temas aqui trabalhados, mas sim de nos alinharmos às mulheres negras nas lutas antirracistas e pela vida da população negra brasileira.

Destacaremos a importância da interpretação sobre os processos que circundam raça, racismo e genocídio da população negra para o serviço social, reforçando que não se trata de uma questão restrita, pontual ou limitada, mas inerente a todas as formas de organização da vida na sociedade brasileira. É exatamente aí onde se dá a atuação profissional na relação complexa e contínua de limites e possibilidades em diversos campos de atuação, evidenciando como esta categoria é convocada para a luta antirracista.

Para tal fim, nos referenciaremos em autores que debatem esses eixos dentro e fora do serviço social, de modo que a metodologia está ligada à categoria interseccionalidade. Como os movimentos sociais negros são diversos e não compõem um bloco homogêneo nas suas finalidades e ações, as lutas negras são múltiplas, e por isso não iremos referenciar e descrever tais lutas propositalmente, por não ser o objetivo principal deste ensaio.

As orientações profissionais do serviço social brasileiro estão inseridas em uma sociedade em que o racismo e o sexismo se fazem presentes em todas as instâncias, e assistentes sociais, independente das suas frentes de atuação, irão se deparar com um público especificamente marcado por estes condicionantes sociais – a população negra. O público a que nos referimos foi destituído de posses, de sua cultura, da dignidade humana para serem trazidos para o Brasil na condição de escravizados, em uma terra com invasor/dono/senhor. Os grilhões se mantêm na colonialidade, enquanto o povo negro resiste e ressignifica sua existência.

Diante das relações étnico-raciais no Brasil, devemos sinalizar que a ênfase desta produção está alocada na insurgência negra e suas formas de afrontamento às normatizações coloniais que, desde a fundação deste país, retiram os recursos para a garantia da vida da população negra e das diversas etnias indígenas que constituem os povos originários. Isso se dá em um processo contínuo que anuncia o desenvolvimento da nação, a moder-

nidade, mas que na prática se traduz em uma escala inestimável de extermínio e anulação de vidas e suas potencialidades nesta terra chamada Brasil.

Para esta abordagem, inserida no âmbito do Serviço Social, este texto foi estruturado em duas partes. A primeira aborda, de modo breve, alguns aspectos da formação sócio-histórica brasileira, em especial, o colonialismo e o racismo, para situar a importância das lutas do povo negro no país. Já a segunda parte se detém na problematização das questões étnico-raciais no Serviço Social, considerando a convocação de seus agentes para a promoção da igualdade racial.

Colonialidade, racismo e lutas negras no Brasil: breves apontamentos

A expansão das lutas sociais na sociedade brasileira sobressai ao discurso dominante, atravessa as barreiras da opressão e alça novas frentes de ação, combate e resistência, como demonstra o avanço das lutas negras no país. Nessa direção, é importante realizarmos análises com ênfases em raça/racismo e gênero/sexismo para compreendermos na totalidade a dinâmica sócio-histórica brasileira.

Sinteticamente, no período histórico demarcado pelo pós-abolição, podemos designar que na relação estabelecida entre Estado, racismo e sociedade brasileira há três períodos marcantes: 1) de 1888 a 1930: tomam forma e força as prerrogativas eugenistas, postas através da ideologia do branqueamento; 2) de 1930 a 1978: com afirmação da mestiçagem nacional como epítome da democracia e paraíso racial brasileiro; e 3) de 1978 aos dias atuais: quando entram em cena os movimentos sociais contemporâneos de negros e de mulheres negras, confrontando o ideal de nação brasileira.

Esse quadro provoca o reconhecimento do racismo como fenômeno multifacetado, causador de desigualdades sociais. Portanto, cobra reparações por parte do Estado e sociedade brasileira, vide as articulações dos movimentos negros que culminaram na conquista das políticas de ações afirmativas, por exemplo.

Sob a perspectiva da teoria social crítica, os movimentos sociais são fomentados a partir da contradição entre capital e trabalho, em que os socialmente oprimidos buscam a superação da opressão, dominação e exploração sofrida. Essa consideração sobre a identidade dos movimentos sociais se revela nos processos contracoloniais, haja vista as lutas dos colonizados face às forças colonizadoras e às atualizações da colonialidade do poder.

Falar da primazia da classe sem a devida mediação com a intercorrência sistemática e estrutural de raça e racismo na sociedade brasileira é, no mínimo, insuficiente. A ausência da ênfase racial acarreta uma interpretação não realista da classe trabalhadora do país, e isso sim pode fragmentar as mobilizações e movimentos populares/sociais no país. Como alerta

Clóvis Moura, "numa sociedade assimétrica e contraditória como a brasileira, alguns acham que os movimentos – negros – fogem ao simétrico, e, por isto, são separatistas, desagregadores e procuram desunir e separar o que se devia unir: o proletariado". (Moura, 1983, p.126)

A realidade escravocrata colonial manifesta seus traços nos inúmeros determinantes sociais presentes na sociedade brasileira atual. Assim, a colonialidade é configurada tendo o racismo como eixo estruturante e estruturador das relações sociais. Porém, erroneamente, por vezes, raça e racismo são considerados apartados da luta de classes sociais. Para Kabenguele Munanga (2008, p. 18):

> Os que pensam que a situação do negro no Brasil é apenas uma questão econômica, e não racista, não fazem esforço para entender como as práticas racistas impendem ao negro o acesso na participação e na ascensão econômica. Ao separar raça e classe numa sociedade capitalista, comete-se um erro metodológico que dificulta a sua análise e os condena ao beco sem saída de uma explicação puramente economicista.

A colonialidade do poder (Quijano, 2002) expressa a continuidade e permanência da dominação e hierarquização fundante da moderna sociedade colonial, com a mundialização do capital e do capitalismo, sobre a chamada globalização no/do sistema do mundo colonial, que ainda se acentua e aprofunda em épocas recentes, através da legitimação das formas opressivas de poder.

Rompendo drástica e definitivamente com essa noção de separatismo dos campos econômico, social e racial, alardeamos que não há essa dicotomia. A questão negra é a questão de classe no Brasil, é luta social! Essas não são realidades abstratas, não estão dissociadas, são opressões interligadas no sistema em curso, que segue sob efetiva égide da colonialidade do poder.

Diante desse contexto, torna-se fundamental a valorização da luta contínua dos movimentos sociais negros brasileiros, a luta do povo negro no Brasil, e sua resistência latente à violência racial colonial. Para reverter a tendência de secundarizar raça e gênero/sexualidade em relação à constituição das classes sociais fundamentais, propomos como categoria de análise a interseccionalidade.

A análise interseccional é primordial para compreender a luta de classes a partir da dinâmica e da totalidade da realidade brasileira, assim como o imperativo do patriarcado na divisão sexual do trabalho, que impede às mulheres o acesso à riqueza socialmente produzida. Como afirma Lélia Gonzalez, "tratar da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculino e branco". (2018, p. 42).

Segundo Silvio Almeida, a ligação entre capitalismo, nacionalismo, racismo e sexismo não é simples e funcional, pois, "o que se pode observar até o momento é que, historicamente, o capitalismo e suas formas sociais básicas jamais se descolaram do racismo e do sexismo". (Almeida, 2015, p. 766).

O racismo, as desigualdades e as violências raciais e de gênero são indeléveis e perniciosas presenças na realidade social brasileira, resultado de uma violência histórica e sistemática da qual o Estado é partícipe na violação da vida. As assimetrias socio-raciais, desde a colonização, mantêm e reinventam a violência colonial nas mais variadas formas de articulação da trama que denota a realidade brasileira.

Serviço Social e questões étnico-raciais: o tônus da igualdade racial

Entendemos que o racismo se materializa, se reproduz, se concretiza nas dinâmicas das instituições e nos fazeres da profissão. Contrariando as táticas do racismo institucionalizado e internalizado, os profissionais de serviço social, no campo do ideal, se posicionam para não incorrerem em atitudes que reproduzam concepções estereotipadas e racialmente discriminatórias, naturalizando-as ou as invisibilizando no decorrer das ações profissionais[1].

Nesse sentido, Abramides e Duriguetto (2015), ao abordarem a formalização da categoria com movimentos sociais, enunciam que essa relação interventiva do serviço social com os processos de mobilização e organização popular está explicitada na lei de regulamentação da profissão. O serviço social tem compromisso com a realidade social, pois é nessa realidade que a categoria intervém; os conteúdos inerentes às ações dos movimentos sociais são de fato importantes para os(as) assistentes sociais do país.

Portanto, é competência de assistentes sociais a prestação de assessoria e apoio aos movimentos sociais, bem como o apoio e participação nos movimentos sociais e nas organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania, e ainda o respeito e valorização da autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras.

As percepções trazidas pelas lutas negras acerca da questão racial no Brasil são necessárias ao serviço social e, de fato, e dirigirem ao contexto e realidade social, não só da população negra, mas do próprio país. A primazia pela liberdade, direitos humanos e respeito à diversidade prescinde do compromisso ético e político de romper com as falsas dificuldades de discutir, abordar e criar estratégias de enfrentamento ao racismo e seus reflexos no cotidiano, concebendo raça como elemento constitutivo fundamental da organização e formação sócio-histórica brasileira.

1 Segundo Haider (2019, p. 72): "Não há razão intrínseca para organizar os seres humanos com bases em características que essa ideologia nos diz ser 'racial'. A ideologia de raça afirma que podemos categorizar as pessoas de acordo com características físicas específicas, que geralmente giram em torno da cor da pele. Mas essa é uma formação arbitrária que somente tem significado porque tem consequências sociais".

Marilda Iamamoto destaca as particularidades e especificidades que se apresentam na realidade concreta, ou seja, no conjunto das relações sociais, no tecido social, no cotidiano, ao afirmar que para a compreensão da questão social, atualmente, é necessário "decifrar as desigualdades sociais – de classe – em seus recortes de gênero, raça e etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente, etc. Mas decifrar também as formas de resistência e rebeldia com que são vivenciadas pelos sujeitos sociais". (2007, p. 114).

Cabe referenciarmos que as questões de racismo e sexismo são estruturais e fazem parte da formação do capitalismo brasileiro, como vimos anteriormente, porém o debate das relações étnico-raciais na profissão ainda é tímido (PINTO, 2003). O não aprofundamento sobre o debate das relações étnico-raciais na formação profissional em serviço social pode contribuir para uma leitura acrítica e a-histórica da sociedade e da própria profissão, oferecendo espaços para que referenciais teórico-políticos e metodológicos de cunho conservador permanecem a serviço da colonialidade nos fazeres cotidianos da categoria. Para o serviço social brasileiro, enquanto categoria profissional e intelectual que tem compromissos éticos e políticos indissociáveis dos valores apregoados pelos direitos humanos, o cenário de violência racial delatado pelos movimentos sociais negros merece atenção na leitura da realidade social e no planejamento da intervenção nesta realidade.

As análises sociorraciais são necessárias para a perspectiva de totalidade das dimensões teórico-política, técnico-operativa e ético-política do serviço social, favorecendo à categoria uma atuação qualificada diante da realidade social, sobretudo se temos em vista a defesa, promoção e garantia de direitos civis, sociais, políticos e humanos.

Para Jurema Werneck (2013), o racismo institucional "é a falha coletiva em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica" e se manifesta em um sistema no qual a violência racial está presente e forjando o cotidiano. Grada Kilomba oferece mais subsídios para interpretação do significado do racismo institucional. A autora aponta para o fato de que não se trata apenas de um fenômeno ideológico, mas um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas, tais como em sistemas e agendas educativas, mercado de trabalho, justiça criminal etc. De acordo com a autora, "o racismo institucional opera de tal forma que coloca os sujeitos brancos em clara vantagem em relação a outros grupos racializados". (Kilomba, 2019, p. 78).

A pertinência da aproximação do serviço social com as frentes de lutas sociais nos campos antirracistas pressupõe um processo de engajamento político da categoria com os movimentos sociais negros para a defesa intransigente dos direitos humanos nas suas projeções teóricas e práticas. Na série *Assistente social no combate ao preconceito*, Roseli Rocha chama atenção, ao afirmar que "o racismo é gerador de múltiplas violências, guerras, perseguições religiosas e extermínio, e pode estar subjacente a ideias preconceituosas e a práticas de segregação, isolamento social e aniquilamentos". (Rocha, 2016, p. 11).

Variadas formas de violência se manifestam, atualmente, na vida de jovens negros que vivenciam o preconceito, a discriminação, o racismo, a violência e a morte. Por isso, Valdenice Raimundo afirma que

> trazer para os espaços de reflexões do assistente social a questão da violência no cotidiano da juventude negra, numa perspectiva crítica, é desafiador, haja vista que o desvelamento desse objeto demanda apreender tanto as manutenções e reproduções das situações vivenciadas como as formas de resistência assumidas... Encontrar possíveis saídas para essas tensões no interior da sociedade capitalista coloca-se como um grande desafio para os profissionais de Serviço social. (Raimundo, 2014, p.43)

No serviço social atuamos com famílias, dada a matricial idade familiar no campo das políticas sociais; com isso, avançamos em relação às particularidades das famílias no Brasil, desenvolvemos arcabouço teórico e empírico sobre as suas condições socioeconômicas, problematizamos sobre as famílias monoparentais, chefiadas por mulheres, compostas por casais homoafetivos etc. Porém, nos falta a reflexão racializada sobre esse tema. No geral, conseguimos identificar uma sobrecarga das famílias negras, aquelas que são compostas por sujeitos negros. Na contramão ocorre, também, a redução das responsabilidades do Estado no sentido de favorecer e garantir os direitos sociais básicos e fundamentais.

Sueli Carneiro, especifica que:

> A constituição da família negra nos moldes da família nuclear burguesa ou monogâmica é fenômeno historicamente recente e não totalmente consolidado, expressando antes um ideal de padrão familiar a ser atingido naquilo que ele representa ideologicamente como indicador de integração social do que uma estrutura concretamente possível dadas as precárias condições de existência da população negra. (Carneiro, 2019, p.50)

A luta de classes não pode prescindir das lutas contra as opressões, que lhes dão vida e materialidade nas dinâmicas sociais, como opressão de gênero e raça pois, segundo Lorde, "não existe hierarquia de opressões". (Lorde, 2019, p.75). Nesse sentido, o comprometimento com a emancipação humana deve, sobretudo, tratar o racismo e o patriarcado na perspectiva de totalidade social.

Considerando suas prerrogativas ético-políticas,teórico-práticas e técnico-operativas, o serviço social não pode menosprezar, invisibilizar ou secundarizar as desigualdades raciais e as mazelas sociais deixadas pelo racismo, causador de opressões, violências e negação de direitos. A assistente social Matilde Ribeiro (2004) em *As abordagens étnico-raciais no serviço social*, chama seus pares para a reflexão sobre a pertinência da inserção das questões étnico-raciais na área do serviço social. A autora destaca que, para a categoria de assistentes sociais, "torna-se fundamental o avanço das reflexões e ações que visam o

fortalecimento de projetos societários no sentido de consolidar a justiça social e racial". (Ribeiro, 2004, p. 134).

Ao abordar o movimento de mulheres negras que atua de forma interseccional, confrontando a perpetuação do racismo, sexismo e classismo, que efetivam na sociedade brasileira os preconceitos, discriminações e desigualdades cunhados na raça, classe e gênero, Sueli Carneiro (2019) sinaliza que:

> A utopia que perseguimos hoje consiste em buscar um atalho entre uma negritude redutora da dimensão humana e a universalidade ocidental hegemônica que anula a diversidade. Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra... Realizar a igualdade de direitos e torna-se um ser humano pleno e prenhe de possibilidades e oportunidades para além da condição de raça e de gênero é o sentido final desta luta. (Carneiro, 2019, p.184)

Nessa direção, tecemos algumas provocações: quais são os marcadores civilizatórios em que nos baseamos para estabelecer as nossas relações profissionais? Face à colonialidade estabelecida em todas as esferas sociais, como já anunciamos, quais são os componentes imagéticos e intencionais que acionamos quando fazemos uso dos instrumentos técnico-operativos e das ferramentas da profissão, como visitas domiciliares, entrevistas sociais, laudos, relatórios e pareceres sociais etc.? Diante da formação sócio-histórica do Brasil e das relações étnico-raciais, quais concepções e posicionamentos assumimos face a populações/sujeitos sociais e políticos que compõem a classe trabalhadora brasileira? Quais são as lutas sociais que reconhecemos como contra-hegemônicas?

A intencionalidade de tais provocações é a de favorecer as reflexões da categoria, redimensionando e repensando a formação e a prática profissional, bem como a sociedade colonial e o próprio serviço social brasileiro inserido nesta sociedade. Superando a superficialidade sobre as relações raciais que nos condicionam a acreditar na democracia racial brasileira, somos levados a crer que, além de reconhecer a colonialidade racista, patriarcal e capitalista, os/as assistentes sociais são convocados a construir estratégias intencionalmente antirracistas no interior da profissão.

Vislumbrando as possibilidades reais, viáveis e necessárias de atuação, tomamos como exemplos de engajamento do serviço social brasileiro no combate ao racismo diante das relações raciais, os apontamentos sugeridos por Marcelo Paixão (2005), em *Manifesto antirracista: ideias em prol de uma utopia chamada Brasil*. As propostas estão divididas em onze linhas programáticas dedicadas a políticas de promoção da igualdade racial, e todas são pertinentes a(o)s assistentes sociais. São elas:

1. Ações estratégicas de promoção da igualdade racial: reconhecimento da escravização, do racismo estrutural e da dívida histórica com as populações negras e indígenas;

2. Combate à pobreza e à exclusão social: fortalecimento do combate à fome e à pobreza, incorporando a perspectiva de gênero e raça nas ações;
3. Trabalho e renda: fortalecimento da capacitação e autonomia financeira, econômica e tecnológica, visando ao desenvolvimento da população negra;
4. Políticas de educação: mudanças significativas em todos os segmentos do ensino, envolvendo todos os atores e elementos da educação, estimulando a implementação das leis nº 10.639/03 e 11.345/08;
5. Políticas de saúde: fortalecimento e ampliação do SUS e dos programas sobre as principais doenças prevalentes sobre a população negra (vide política nacional integral de saúde da população negra);
6. Direitos da mulher: combate às formas de violência contra as mulheres reconhecendo a relação dinâmica entre raça e gênero na produção e enfrentamento dessas violências;
7. Direitos humanos: revisão do sistema de justiça, vislumbrando o combate ao racismo;
8. Empoderamento das organizações negras e indígenas: estímulo, articulação e fortalecimento das mesmas, no sentido da emancipação e autonomia de organização social e política dessas populações;
9. Comunidades remanescentes de quilombos: reconhecimento, valorização e favorecimento da garantia dos direitos dessas comunidades;
10. Povos indígenas: reconhecimento das lutas dos povos originários, sobretudo a luta pela demarcação e regulação de todas as terras indígenas;
11. Política internacional: defesa do diálogo e resolução de conflitos entre as nações, com pleno respeito à soberania de cada Estado na garantia da dignidade, da humanidade e da vida, objetivando a real cooperação entre os países, a despeito dos interesses de novas formas de colonização/dominação de povos e territórios.

Assim, enfatizamos o papel do serviço social na atuação profissional e incidência ético-política para a necessária e urgente inserção na luta antirracista. Para tal feito é extremamente importante que a categoria considere as lutas das mulheres negras, bem como o acúmulo teórico que elas vêm produzindo ao longo do tempo nas diversas áreas das ciências, inclusive no serviço social. Assim, a categoria profissional tem a oportunidade de somar forças com os agentes que estão construindo, cotidianamente, ações de enfrentamento aos múltiplos poderes concretos e ideológicos do capital racista colonial brasileiro.

Considerações finais

As relações raciais no Brasil colocam a população negra em uma condição desigual perpetuada a partir do contexto descrito até aqui como processo de genocídio. As divisões

sociorraciais engendradas pela sociedade capitalista com a inerente exploração da força de trabalho mantêm a lógica da acumulação e nutrem a dinâmica de desigualdade e opressão entre as classes, que são antes de tudo racializadas. Isso acentua o quadro desfavorável no qual a população negra se encontra na sociedade brasileira. A mulher negra, dentro deste quadro, ainda convive com contextos desiguais muito peculiares.

Não morrer fisicamente não significa estar vivo socialmente. A não letalidade do corpo negro não significa vida em plenitude na sociedade racista colonial burguesa. A luta antirracista é a busca de mudanças estruturais, é força social revolucionária, confronta a sociedade que persiste com o capitalismo, o neoliberalismo, a necropolítica e a militarização das vidas, corpos e territórios negros cotidianamente. As violências do Estado são executadas através das construções sociais coloniais modernas.

Cabe ressaltar que os profissionais do serviço social não estão, em sua maioria, aptos a desconstruir falas e posturas que corroboram para a manutenção das desigualdades perpassadas pela questão étnico-racial. É evidente a lacuna entre o serviço social e as percepções dos seus agentes face às relações e questões de raça e racismo no Brasil, pois tendemos a uma leitura convencional e restrita em relação à classe trabalhadora.

A construção deste trabalho dialógico e dialético é mais um esforço insistente por vida e por viver. Insistência por vidas negras. Medidas concretas se fazem necessárias, diariamente, incessantemente, continuamente, para que consigamos sair do presente abismo colonial e para que alcancemos uma outra realidade social, racial, política, cultural, de gênero, econômica e territorial; uma realidade com possibilidade plena de afirmação das vidas negras.

Contribuições dos/as autores/as: Não se aplica.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ALMEIDA, S. Estado, direito e análise materialista do racismo. *In:* KASHIURA, C. N. Jr. (Org). *Para a crítica do direito:* reflexões sobre teorias e práticas jurídicas. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social:* fundamentos e história. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

CARNEIRO, S. *Escritos de uma vida.* São Paulo: Pólen, 2019.

EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento da minha escrita. *In:* ALEXANDRE, M. A. (Org.). *Representações performáticas brasileiras:* teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

GONZALEZ, L. *Primavera para as rosas negras:* Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

HAIDER, A. *Armadilha da identidade:* raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.

IAMAMOTO, M. V. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação:* episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:* identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PAIXÃO, M. *Manifesto anti-racista:* idéias em prol de uma utopia chamada Brasil. Rio de Janeiro: Uerj, 2005.

PINTO, E. A. *O serviço social e a questão étnico-racial.* São Paulo: Terceira Margem, 2003.

RAIMUNDO, V. A violência no cotidiano da juventude negra: um olhar sobre a questão. *Revista Temporalis*, Brasília, n. 27, 2014.

WERNECK, J. Racismo institucional: uma abordagem conceitual. *Geledés*, 2013.